

O que um psicanalista tem a dizer sobre a contemporaneidade?

Alessandra Monachesi Ribeiro

Resenha de Joel Birman, *Arquivos do mal-estar e da resistência*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

Joel Birman – seguramente um desses autores que parecem não recuar em face ao mais inquietante do fazer e do pensar psicanalítico na contemporaneidade – dá continuidade a suas reflexões em seu novo livro: *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Pautado pelo método genealógico de Foucault e pelo conceito de arquivo de Derrida, Birman persiste na construção, cuidadosa e detalhada, de fios que se articulam na tentativa de configurar algum sentido para o que seja a subjetividade atualmente. Através da presente compilação de ensaios, o autor transita pelos temas cuja consistência já tivemos oportunidade de ler em outras obras, e que me parecem ser a base sobre a qual repousam suas reflexões teóricas: as idéias de mal-estar, desamparo e feminilidade.

O percurso do autor, já há algumas décadas, visa à produção de um pensamento sobre a psicanálise – e, a partir dela, sobre a contemporaneidade – tanto mais autoral quanto mais crítico do estado de coisas atual. E, ao dizer crítico, faço referência a um modo de reflexão eminentemen-

te psicanalítico já que, lembremos, a psicanálise se constitui subversiva, engajada, libertária e, conseqüentemente, crítica de um certo existir humano característico da modernidade em que teve origem. O que desperta interesse na obra de Birman é o quanto esse pensar psicanalítico, para se manter crítico e vivo, necessita se articular com o fora de si, tanto para poder olhar e dizer sobre esse fora, quanto para retornar essa crítica à própria psicanálise. Uma psicanálise que se articula com outros campos de conhecimento e deles retira munição para se repensar, se desconstruir e se reafirmar em seus princípios.

Se devemos a Freud a ousadia de cutucar a ferida desde dentro – já que se trata, aqui, de um homem produto da modernidade da Viena do século XIX – apontando ao sujeito aquilo que o transborda e que, com isso, o descentra, parece-me ser nessa subversão originária que se apóia Birman para sustentar – nos tempos atuais, em nosso país e com as instituições da psicanálise em franco estado de crise – uma postura comprometida com esse posicionamento crítico ao qual a psicanálise deve tanto sua origem quanto sua condição de sobrevivência. Não é à toa que ele parte, com frequência, de Freud, e dele depreende as interessantes derivações que faz em seus conceitos sobre o desamparo e a feminilidade, nos quais se vê claramente o resultado de um trabalho autoral, marcado por múltiplas influências, em que tais conceitos avançam por veredas inovadoras.

Por meio do mapeamento das condições de nossa subjetividade contemporânea, dos mais diversos ângulos pelos quais sua construção possa ser abordada, Birman parece endossar a concepção de um momento de ruptura para a humanidade, com tudo aquilo que esse desmoronamento e suas conseqüências implicam para a organização de nossos psiquismos. Tempos difíceis esses, e os textos em que ele se põe a caracterizá-los não se limitam ao retrato perturbador de uma época, mas se ampliam ao perscrutar suas origens, suas condições de configuração e, ainda, suas possíveis conseqüências em termos de sofrimento individual ou social. É assim que

Alessandra Monachesi Ribeiro é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutoranda em Teoria Psicanalítica pela UFRJ e mestre em Psicologia Clínica pela PUCSP.

apontará, por exemplo, na situação brasileira de desigualdade social, para a desigualdade na distribuição do gozo, ou que discorrerá, com igual interesse, sobre a criminalidade, a loucura, o assédio, a soberania e a judeidade, enfatizando sempre as condições para o surgimento desses temas na modernidade, bem como suas implicações no atual estado de mal-estar.

Com isso, o autor faz uma análise em que a crise da modernidade – retratada na decadência da figura do pai como símbolo de poder, autoridade e transcendência, atribuídos outrora às figuras do soberano e de Deus – constrói uma experiência subjetiva marcada pelo desalento, pela perda nos processos de simbolização e pela conseqüente vivência da dor, que desemboca em uma miríade de sintomas sociais ou psíquicos que, trabalhados pelo autor em seus ensaios, constituem exemplos instigadores de um movimento de reflexão por parte do leitor que tem que se haver com a crueza e a tragicidade da catástrofe por eles anunciada. Sigamos, então, seu percurso inquietante.

“[...] o vazio da subjetividade atual é o correlato do mundo que perdeu o sentido” (p. 193).

O mal-estar é decorrência dessa falência dos andaimes sobre os quais nossa cultura – tanto quanto os indivíduos – tem se pautado há tanto tempo para a criação de um lugar e de uma inteligibilidade para o mundo que nos cerca. Em seus ensaios, então, o autor retoma a idéia do mal-estar que se inscreve em três registros psíquicos – corpo, ação e sentimento – e dá mostras de como o sofrimento se nos afigura hoje em dia. O corpo não funciona a contento. A ação se impõe como hiperatividade. Tudo remete a um excesso, subjacente às novas patologias, que fica retido no corpo quando não consegue ser escoado para a ação. O excesso é, antes de tudo, sentido. Com a dificuldade crescente dos indivíduos em regular essas intensidades e absorver os excessos, o que temos é a emergência do trauma e da angústia como modos cotidianos de impacto das experiências nos sujeitos. Com isso, o pensamento se impossibilita e temos um indivíduo cuja capacidade de

recorrer ao simbólico se encontra extremamente prejudicada. Não se consegue mais transformar dor em sofrimento – que demanda, para existir, que haja conflito e, conseqüentemente, que algo se enuncie no campo do pensamento e do simbólico – e perde-se, assim, a forma privilegiada pela qual a subjetividade poderia metabolizar seu mal-estar. Decorre daí o aumento da violência, da crueldade e da barbárie.

Se a barbárie poderia ser entendida como oposta à civilização, Birman nos mostra que ambas compartilham uma mesma fronteira. A barbárie seria fundante da civilização e diretamente implicada no seu estabelecimento. É o que o autor retoma a partir de sua leitura de “Totem e tabu”¹, em que Freud permite articulá-la com a constituição primitiva do psiquismo. A construção de uma hierarquia entre barbárie e civilização se deve ao paradigma evolucionista que dominou a modernidade, e desembocará na possibilidade de que o reconhecimento do outro e da diferença deixe de existir na contemporaneidade. As respostas catastróficas que se constroem como formas de sofrimento e dor, bem como de convulsão social, são os modos e meios de que dispomos para lidar com as vicissitudes do humano atualmente, em seu confronto com o desamparo, e os quais devemos às formas dessubjetivantes propostas pela biopolítica e pelo biopoder, também retomadas pelo autor ao abordar o tema da barbárie.

Do desamparo, podemos dizer que é a condição existencial do ser humano. A novidade, aqui, reside na proposição de que a lógica fálica, como modo de constituição psíquica, além de não ser um invariante, pode se apresentar, também, como formação defensiva contra tal condição. É assim que Birman nos mostra a maneira pela qual uma posição de submissão decorrente dessa lógica se consagra como o modo de subjetivação da modernidade, já que ela nos preserva no lugar de vinculação a uma referência de autoridade a qual, também com a modernidade, há muito já

1 S. Freud, “Totem e tabu” (1913), in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XII, p. 13-169.

perdemos. Trata-se de um lugar masoquista de constituição subjetiva, relativo e reagente às condições existentes em nossos tempos.

Se nos encontramos em um momento marcado pela servidão e pelo pacto masoquista nas relações, a psicanálise, por sua vez, não escapa de se aferrar a esse *modus operandi*. As instituições psicanalíticas também são permeadas pelas relações de servidão. Em vez do confronto com o desamparo, decorrente da perda inerente às reviravoltas e deslocamentos da identidade promovidos pela experiência analítica, o que encontramos muitas vezes entre nós, psicanalistas, são todas as formas de evitação dessa experiência de desterro por meio das relações servis. E o autor, incomodamente, nos pergunta: “Que modalidade de experiência intersubjetiva é promovida pela psicanálise, afinal de contas, para produzir com tanta frequência a servidão como efeito destacado?” (p. 30).

É interessante pensar que a mesma psicanálise que faz a crítica da modernidade, por meio da afirmação freudiana da positividade das perturbações do espírito e pela ênfase no descentramento do eu como posição fundante da subjetividade – ou seja, aquela que dá voz e vez à barbárie no cerne da civilização, para usarmos o vocabulário construído por Birman em seus ensaios – possa se ver enredada na lógica de funcionamento que sustenta aquilo em oposição ao que ela surgiu. O paradoxo da modernidade e de sua crítica, pelo visto, não escapa aos psicanalistas e às suas instituições e, se a psicanálise encontra-se em crise – devido ao confronto cotidiano com um modo de pensar o sofrimento pautado pela medicalização e pela ausência de sentido – o autor acentua que essa crise se refere a uma psicanálise que se presta em manter o compromisso ético e político de crítica da modernidade que lhe deu origem. E é a essa psicanálise que Birman se alia em suas reflexões, inclusive acerca do campo psicanalítico.

O desamparo, realçado pelo autor daquilo que Freud propõe como pulsão de morte, é “[...] a outra face da modernidade” (p. 47), o preço que pagamos por termos nos comprometido com o pro-

jeto moderno. A psicanálise surge como discurso quando o projeto de modernidade já se encontra em declínio, ou seja, quando as figuras da razão, do eu e da consciência, pautadas e sustentadas por seu correspondente – a figura do pai – já foram destituídas. E, paradoxalmente, tanto Freud quanto Lacan – e esse último em especial – centralizam seus esforços na tentativa de recuperação da metáfora paterna como fundação do psíquico.

Despossuídos das certezas promovidas pela modernidade, como os sujeitos fazem para dominar o desamparo nos tempos de hoje? Birman aponta o masoquismo, a violência, a servidão e a despossessão subjetiva como os principais caminhos trilhados pelos indivíduos, hoje em dia, para se haver com sua precariedade, e realiza uma cartografia do mal-estar que passa pelo sofrimento vivido no corpo, na ação e na intensidade do sentimento, marcado por uma tonalidade traumática.

Contudo, ao contrário de alguns pensadores da ruptura que se detêm na enunciação do atual estado catastrófico de coisas, o autor parece sustentar, juntamente com a análise que faz e, talvez, precisamente em decorrência dela, uma esperançosa posição de aposta no que seriam possibilidades menos esmagadoras e mais criativas de existir. Assim chegamos ao terceiro ponto de amarração de seus textos nesse livro: a feminilidade como via outra de subjetivação.

“[...] como é possível para a individualidade ordenar-se psiquicamente sem contar com a presença e a referência de um pólo único e central de poder?” (p. 209). Esse parece ser o grande desafio da contemporaneidade e o autor, com seu recurso à feminilidade, vislumbra uma maneira. Em seus ensaios, ele aposta na constituição de novos modos de subjetivação – e no estabelecimento de relações a partir deles – como a possibilidade de fazer frente ao desmoronamento do modo de constituição patriarcal.

Assim, é nas relações horizontais, fraternas, nas quais a servidão ao outro perde o sentido, já que não se trata mais de uma questão de poder, mas do compartilhamento de um desamparo de

origem que deixa a todos mancos, que Birman parece encontrar um caminho para as subjetividades contemporâneas. A fraternidade aparece como antídoto contra nossa atual cultura do narcisismo e do espetáculo. Trata-se do resgate da possibilidade de referência a um outro para a constituição subjetiva, ou seja, da consideração da alteridade e da diferença enquanto tais, sem que elas se traduzam em hierarquias.

Com o esvaziamento da metáfora paterna, o autor encontra nas referências ao feminino, feitas por Freud no final de sua obra, o material semeador de suas reflexões acerca da feminilidade como modo de constituição subjetiva que considera o desamparo em sua construção. E, uma vez que essa articulação entre a feminilidade e o desamparo, como formas outras que escapam ao modo patriarcal de subjetivação, seja feita por Birman, resultando em um modo de entender a condição de precariedade humana em sua positividade, cabe a pergunta: seria realmente necessário aproximar tal construção da idéia de vida nua formulada por Agamben²? Ou não seria, antes, o desamparo pensado em sua articulação com a feminilidade a possibilidade de algo completamente distinto do que a radicalidade da servidão subentendida na vida nua nos propõe? Pois, se o primeiro aponta para um modo de existir que toma em consideração a dor dessa existência, sinalizando para uma subjetivação conquistada a partir de uma insuficiência fundamental, algo diverso do que ocorre na defesa constante em termos de servidão e masoquismo, a segunda parece falar de um alguém ou de um além no sentido inverso ao delimitado pelo desamparo. Ou seja, a idéia de vida nua, pela qual Agamben nos apresenta seu *homo sacer*, é a de uma condição de existir em um estado de exceção. Mas esse estado não ocorre por se tomar contato com a precariedade de nossa condição, mas como uma extrapolação da defesa contra essa mesma precariedade, quando a retirada dos indivíduos do campo de proteção legal serve como reafirmação de sua sujeição. Ele é, assim, um vazio de direito criado dentro dos liames da lei, o que quer dizer que o estado de exceção no qual se gesta a vida nua

se afigura como forma última e radical de servidão absoluta, como um modo criado para dar nome a essa servidão, no qual o campo da lei se abre não para aquilo que lhe escapa ou excede, nem para outras formas de subjetivação, mas para a negação de qualquer possibilidade.

Por outro lado, com sua idéia de desamparo originário articulado à feminilidade, Birman parece apontar para uma outra via, fora da radicalização dessa mesma lógica a que o estado de exceção propiciador da vida nua se refere. Com isso, percebo uma interlocução entre seu pensamento e o de Maurice Blanchot³, naquilo em que ele nos apresenta como uma idéia de experiência-limite personificada pela figura do estrangeiro, uma vez que, para Blanchot, o limite da linguagem, da palavra, do território ou da pertinência subjetiva remetem à fronteira e, conseqüentemente, àquilo que escapa para fora dela. Ou seja, o outro resgatado pelo limite é o que coloca o sujeito em questão, como o desamparo parece fazer em relação à constituição autocentrada.

A fraternidade, para Birman, só é possível a partir da precariedade. O sujeito auto-suficiente de nossos tempos não tem como acessá-la, a não ser por meio da desconstrução de si. A feminilidade seria, então, uma “forma de ordenação erótica pela qual existiria uma positividade conferida ao desamparo e à precariedade” (p. 138). Ele pode, a partir daí, discorrer sobre o desejo de resistência, retomando a proposição freudiana de reação terapêutica negativa como algo da ordem do desejo do analisando que faz frente ao exercício de poder por parte do analista, que o invade de maneira cruel e violenta, respaldado pela idéia de construção.

O não do analisando que, mesmo deslegitimado pelo discurso psicanalítico acerca da reação terapêutica negativa, se faz presente de maneira incontornável nas análises como desejo de resis-

2 G. Agamben, *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002 e G. Agamben, *Estado de exceção*, São Paulo, Boitempo, 2004.

3 M. Blanchot, *L'entretien infini*, Paris, Gallimard, 2004.

tência, ressoa com a idéia de transgressão frente às práticas de controle social, retomadas também pelo autor. Diferenciando-a da perversão, o autor ressalta a positividade do gesto transgressivo que coloca em questão o sistema normativo, propondo outros modos de constituição subjetiva, em um movimento de ruptura e descontinuidade. Nem a subversão servil às normas, nem a proposta de criação de normas substitutivas às primeiras. A transgressão visa à suspensão do sistema normativo, ou seja, a inscrição noutra lógica de subjetivação, diferente daquela que substitui uma norma por outra e que conserva, com isso, o mesmo modo de funcionamento.

No mesmo tempo em que questiona o motivo pelo qual a psicanálise é tão tímida em falar sobre o que se passa na contemporaneidade, Birman sustenta sua aposta em que a própria psicanálise possibilite um saber crítico e criativo a respeito de nossos tempos. E se a timidez da psicanálise se deve a seus fantasmas teóricos e a suas injunções transferenciais, que fazem com que a questão da fraternidade mantenha-se desprezada pela tradição psicanalítica, ou se tais fantasmas dizem respeito ao modo como a própria psicanálise se inscreve em um modo de funcionamento patriarcal, tomando seus conceitos a-historicamente como verdades absolutas, a perspicácia de tais indagações não se presta à execração da psicanálise como inabilitada para dizer algo acerca da contemporaneidade mas, ao contrário, parece visar a uma desconstrução que movimente as relações servis e masoquistas estabelecidas no campo psicanalítico.

O autor afirma que o discurso freudiano é transgressivo, na medida em que rompe consigo mesmo. Parece ser isso o que falta, em larga escala, às instituições psicanalíticas e seus membros: a disposição em se confrontarem com seu não-saber e com a possibilidade de questionamento de suas pretensas certezas. Se a psicanálise traz à tona o fundamento transgressivo no psiquismo – a subversão, para resgatar os termos do co-

meço deste texto – parece despropositado pensar em um psicanalista que não tome como sua função acolher essa potência transgressiva e ajudar a criar meios para sua inscrição. O psicanalista, portanto, não teria como assumir a posição da normalização, pois isso seria, nas palavras do autor, “contrariar os fundamentos da ética psicanalítica” (p. 366). Um psicanalista engajado em uma prática subversiva e libertária, para ater-me aos velhos termos dos quais fiz uso anteriormente.

Como seria de se esperar, uma obra tão extensa quanto essa, em que vários ensaios se conjugam, apresenta-se com diferentes variações de densidade, profundidade, tom e ritmo. Birman mostra seu estilo de delicada insistência em algumas reflexões que, pisadas e repisadas, servem como base para desdobramentos seguros e consistentes. Com isso, elas se fixam como marcas mais profundas e constantes na percepção do leitor que o acompanha. Outras aparecem como pinceladas eventuais, tênues, sementes lançadas para possíveis desenvolvimentos posteriores. A leitura, conseqüentemente, se adensa e se trunca em alguns momentos, do mesmo modo que flui livremente em outros, criando descontinuidade e demandando que algum trabalho de amarração seja feito pelo próprio leitor, à sua maneira.

Mesmo nos momentos mais árdios, entretanto, *Arquivos do mal-estar e da resistência* conserva sua capacidade de texto vivo e pulsante. A honesta e contundente tomada de posição de Birman nos convida a fazer o mesmo. E aqui recordo Barthes⁴ ao citar Mallarmé, para quem o autor cede seu lugar à escrita e, portanto, ao leitor que dá forma à obra. Uma consideração à alteridade, em um modo fraternal de compartilhamento de suas reflexões. Uma escrita condizente com a posição de seu autor. E cito o próprio, para finalizar:

Além disso, mediante essa modalidade de reflexão, espero que possa contribuir para a desconstrução da servidão e do pacto masoquista na atualidade. Essa é a minha aposta, pelo menos. É o meu desejo, certamente (p. 31).

4 R. Barthes, “The death of the author”, in: *Image, music, text*, Londres, Fontana Press, 1977, p. 142-148.